

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano IV n. 47 Dez. 2023
ISSN 2675-2573



**EDUCAÇÃO É UMA ÁREA DE
CONSTANTES DESAFIOS!**



**A ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E A
FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA PERSPECTIVA DE
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA**
MARISA GARCIA



Filiada à
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS / PKP



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 47 - Dezembro de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Andreia Fernandes de Souza

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaufeuf

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Beatriz de Oliveira

Aline Pereira Matias

Amanda Maria Franco Liberato

Anderson da Silva Brito

Andréia Fernandes de Souza

Bruno Vinicius Pereira da Silva

Débora da Silva Melo Valiante

Elaine Aparecida Forgassin Corrêa

Fernanda dos Santos Ikier

Graziela de Carvalho Monteiro

Isac dos Santos Pereira

Maria Angela Ferreira Oliveira

Maria Dalva Lima de Sousa

Marisa Garcia

Ruy Francisco Sposaro

Walter Paulesini Junior

Silvana dos Santos Silva

Solange Hitomi Kurozaki

Suseli Corumba dos Santoso

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 47 (dez. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 178 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.47

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.47>



São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform & workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Andréia Fernandes de Souza

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

07 Ciências, Tecnologia e Sociedade

Adeilson Batista Lins

13 Projeto: Eu Amo Ler.

14 EDUCAÇÃO É UMA ÁREA DE CONSTANTES DESAFIOS!



ARTIGOS

- | | |
|--|-----|
| 1. O PROFESSOR ORIENTADOR DE ÁREA - POA DE ALFABETIZAÇÃO: SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS À FUNÇÃO
ADRIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA | 17 |
| 2. AS ARTES VISUAIS E A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESTUDANTES NA PERSPECTIVA DE VIK MUNIZ
ALINE PEREIRA MATIAS | 31 |
| 3. PROGRAMA APRENDER E ENSINAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA
AMANDA MARIA FRANCO LIBERATO | 37 |
| 4. A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA QUE ELA REALMENTE ACONTEÇA
ANDERSON DA SILVA BRITO | 47 |
| 5. PROBLEMAS DE MATEMÁTICA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: DA ANÁLISE DE DADOS À DEMANDA FORMATIVA
ANDRÉIA FERNANDES DE SOUZA | 57 |
| 6. A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E O TRATAMENTO DO CÂNCER BENIGNO DE BOCA PELO CIRURGIÃO BUCOMAXILOFACIAL
BRUNO VINICIUS PEREIRA DA SILVA /WALTER PAULESINI JÚNIOR | 69 |
| 7. PAUTAS FORMATIVAS (TAMBÉM) TRAZEM GENTE DENTRO: REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS
FORMATIVOS
DÉBORA DA SILVA MELO VALIANTE | 77 |
| 8. APRENDIZAGEM ALÉM DOS LIMITES COGNITIVOS: PERSPECTIVAS PRÁTICAS SOBRE COMO AS EMOÇÕES E OS VÍNCULOS
AFETIVOS IMPACTAM NO PROCESSO EDUCATIVO
ELAINE APARECIDA FORGASSIN CORRÊA | 85 |
| 9. O CONSUMO ALIMENTAR INFANTIL E AS INFLUÊNCIAS DO MARKETING
FERNANDA DOS SANTOS IKIER | 93 |
| 10. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA A PRÁTICA DO ENSINO ACADÊMICO
GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO | 101 |
| 11. A AVALIAÇÃO CONSTRUTIVA NO ÂMBITO ESCOLAR: PENSAR O PROFESSOR E OS ESTUDANTES NESSE PROCESSO
ISAC DOS SANTOS PEREIRA | 109 |
| 12. A LITERATURA APLICADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA
MARIA ANGELA FERREIRA OLIVEIRA | 119 |
| 13. O TDAH NA ESCOLA
MARIA DALVA LIMA DE SOUSA | 127 |
| ★ 14. A ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM AO
LONGO DA VIDA
MARISA GARCIA | 133 |
| 15. USO DO EXTRATO DE PRÓPOLIS EM PACIENTES DA UTI
RUY FRANCISCO SPOSARO /WALTER PAULESINI JUNIOR | 139 |
| 16. FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO TERRITÓRIO
SILVANA DOS SANTOS SILVA | 149 |
| 17. O TEA E OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
SOLANGE HITOMI KUROZAKI | 157 |
| 18. A ENUNCIÇÃO E SUAS INSTABILIDADES NUM PERCURSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA
SUSELI CORUMBA DOS SANTOS | 169 |

A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA QUE ELA REALMENTE ACONTEÇA

ANDERSON DA SILVA BRITO¹

RESUMO

A Educação Especial tem sido garantida por meio de diferentes Políticas Públicas, para efetivamente fazer a inclusão dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, se faz necessário buscar por aperfeiçoamento para trabalhar com a inclusão. Além disso, é necessário pensar em práticas e metodologias adequadas para esses estudantes, como é o caso do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), resultando em atividades mais inclusivas. Desta forma, como objetivo geral, o presente artigo traz uma discussão a respeito das perspectivas e desafios enfrentados no processo de inclusão; e como objetivos específicos, discutir sobre a formação docente e a importância do papel do professor da Educação Inclusiva para que ela realmente aconteça. O trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica a respeito do tema; e os resultados indicaram que é preciso repensar na formação docente possuindo como orientação a necessidade da qualidade da educação. Assim, pensando na formação continuada de professores, é preciso especialmente no Brasil, repensar na estrutura institucional formativa, bem como no currículo relacionado a formação.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA); Estudante com Deficiência.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional da atualidade relacionado a Educação Inclusiva acontece dentre outras situações, com o auxílio do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Por esse motivo, é de suma importância a formação inicial e continuada desses profissionais, englobando-se os professores polivalentes e especialistas, mesmo que não sejam da área em questão.

A cada dia que passa tem-se um aumento expressivo do número de estudantes com deficiência, em especial, na escola pública; o que remete diretamente a necessidade de profissionais qualificados para o trabalho inclusivo.

Como problemática, apesar de toda legislação pertinente, ainda é possível encontrar escolas com condições inadequadas que mais dificultam do que contribuem para o processo

¹ Professor de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de São Paulo; Professor de Língua Inglesa da Educação Básica II do Estado de São Paulo. Bacharel em Letras Tradutor pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Licenciado em Letras pela UNIFAI e licenciado em Pedagogia pela UNIG (Universidade Iguazu).

inclusivo. Além disso, a falta de profissionais especializados na área tem crescido bastante, o que tem dificultado ainda mais o trabalho.

Como justificativa, o problema pode estar relacionado à falta de programas de incentivo para a formação continuada. Isso porque muitas vezes, o professor não é motivado a realizar formação, e por esse motivo, é importante alertar sobre o problema.

O presente artigo apresentou como objetivo geral, uma discussão sobre as perspectivas e desafios enfrentados no processo de inclusão; e como objetivos específicos, a formação docente e a importância do papel do professor da Educação Inclusiva para que ela realmente aconteça.

O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS

Com o tempo, a democratização no ambiente escolar começou a ocorrer, o que de certa forma deveria facilitar também o processo de inclusão. Começou-se o processo de acesso dos estudantes com deficiência às escolas regulares, com o sentido inicial de frequentar este ambiente. As mudanças ocorreram de forma lenta, porém, significativa, fomentando importantes mudanças no cenário educacional brasileiro (BRASIL, 2007).

Nascimento (2015), relata que a inclusão não se limita a apenas colocar o estudante em sala regular, mas, dar suporte em todos os sentidos e direções para que a inclusão realmente aconteça. Para ele, é necessário que haja toda uma transformação do espaço e da organização das escolas a fim de garantir de acordo com a legislação, o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

Assim:

Mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Fundamentado nesse ideal, um sistema de educação inclusivo deve efetivar: O direito à educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um "modo igual" de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação (CARVALHO, 2009, p. 81).

O papel do professor na Educação Especial com relação a inclusão do estudante é integrá-lo a nova realidade de forma que ele se desenvolva:

A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém instituí a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se

constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois, não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. O impacto desta concepção é considerável, porque ela supõe a abolição completa dos serviços segregados (DORÉ *et al.*, 1996 apud MANTOAN, 2006, p. 3).

Seu verdadeiro papel diante da educação inclusiva é a de: “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM *et. al*, 2005, p.51).

Ainda, o professor deve mediar o estudante e o conhecimento, possibilitando atividades que promovam situações pedagógicas em que estes estudantes superem o senso comum e desenvolvam seu potencial individual, social, intelectual e afetivo, quebrando as barreiras impostas:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (MINETTO, 2008, p. 101).

Antes de planejar as atividades, é importante conhecer a sua história de vida e suas reais condições. Os diagnósticos de um especialista devem ser considerados como orientações tendo em vista o atendimento integral ao estudante, mas, não deve ser confundido com estereótipos relacionados a aprendizagem e na sua condição, seja qual for. Sendo assim, os profissionais precisam saber se existe o uso de medicamentos, o período de tratamento e os possíveis efeitos colaterais (DRAGO, 2011).

Essas dificuldades observadas no estudante com deficiência são significadas pelo grupo social na qual estão inseridas, em que o baixo investimento nos processos de socialização e educação estão pautados em uma visão que considera seu nível de desenvolvimento inferior à de outros estudantes (DRAGO, 2011).

Nesse contexto, os professores especialistas de AEE, apresentam papel fundamental. Cabe a eles reconhecer as dificuldades e especificidades dos estudantes com deficiência e com isso, possibilitar a produção de atividades inclusivas, com base em metodologias diferenciadas e eficazes (CRUZ, 2014).

É preciso adaptar materiais e recursos pedagógicos a fim de possibilitar aos estudantes o acompanhamento dos conteúdos e o desenvolvimento das potencialidades de forma individual. As adaptações devem ter como base as necessidades reais do estudante, levando em consideração suas características, habilidades, entre outras questões, trazendo a equidade de oportunidades a todos, para que se desenvolva a independência, a autonomia e a socialização (SÁ, 2008).

Nesse sentido, atualmente, as tecnologias compreendem recursos, equipamentos e/ou dispositivos que foram criados a fim de ampliar suas capacidades físicas, mentais e intelectuais:

[...] as tecnologias estão presentes em cada uma das pegadas que o ser humano deixou sobre a terra, ao longo de toda a sua história. Desde um simples pedaço de pau que tenha servido de apoio, de bengala, para um homem no tempo das cavernas, por exemplo, até as modernas próteses de fibra de carbono que permitem, hoje, que um atleta com amputação de ambas as pernas possa competir em uma Olimpíada, disputando corridas com outros atletas sem nenhuma deficiência [...] (LÉVY, 1999 apud GALVÃO FILHO, 2009 p. 38).

No caso das Tecnologias Assistivas, a perspectiva quanto à educação inclusiva é o desenvolvimento da autonomia dos estudantes:

Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilita a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente (BERSCH, 2008, p.12).

Para facilitar as práticas pedagógicas houve a implementação da Portaria Normativa nº 13/2007, por parte do governo federal, com o Programa de Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), voltado para os estudantes com deficiência por meio da disponibilização de equipamentos de informática, mobiliário e materiais, além de integrar a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDC), como recursos atrativos que instigam e estimulam o ensino e a aprendizagem; além de contribuir para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2007).

A sua criação é vista como:

...os ambientes de aprendizagem baseados nas tecnologias da informação e da comunicação, que compreendem o uso da informática, do computador, da Internet, das ferramentas para a Educação a Distância e de outros recursos e linguagens digitais, proporcionam atividades com propósitos educacionais, interessantes e desafiadoras, favorecendo a construção do conhecimento, no qual o aluno busca, explora, questiona, tem curiosidade, procura e propõe soluções. O computador é um meio de atrair o aluno com necessidades educacionais especiais à escola, pois, à medida que ele tem contato com este equipamento, consegue abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro (ZULIAN e FREITAS, 2001, s/p).

O MEC disponibilizou materiais didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), notebooks com sintetizador de voz, softwares para comunicação, entre outros recursos que facilitam a promoção do acesso ao currículo de uma forma plena:

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p. 82).

Desta forma, a Educação Especial encontra-se voltada também para o uso das Tecnologias Assistivas utilizando-a como aliada no desenvolvimento de competências e habilidades, gerando novas perspectivas (PERES, 2003).

A inclusão reflete sobre as questões práticas exigindo tanto a adaptação quanto a flexibilização de tecnologias, mobiliários, espaços, materiais e adaptação de recursos pedagógicos, pensando nas práticas:

É de fundamental importância salientar que o currículo não deve ser concebido de maneira a ser o aluno quem se adapte aos moldes que a escola oferece, mas como um campo aberto à diversidade. Essa diversidade não é no sentido de que cada aluno poderia aprender conteúdos diferentes, mas sim aprender conteúdos de diferentes maneiras. Para efetivar tal acontecimento, ao planejar, professor precisa estabelecer expectativas altas e criar oportunidades para todos os alunos aprenderem com sucesso, incluídos todos (REGO *et al.*, 2016, p. 7).

Ou seja, é necessário que a escola respeite a individualidade de cada estudante, criando condições para que se desenvolva competências e habilidades diferentes e necessárias para viver em sociedade:

As crianças com deficiência (física, auditiva, visual ou mental) têm dificuldades que limitam sua capacidade de interagir com o mundo. Estas dificuldades podem impedir que estas crianças desenvolvam habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem (VALENTE, 1991, p. 1).

As adaptações curriculares incentivadas pelo MEC, por meio do documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, potencializam a aprendizagem e o desenvolvimento, devendo constar no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nas práticas inclusivas no ambiente escolar:

O currículo adaptado implica compreender situações diferenciadas, maneiras diversificadas de apresentar conteúdos que facilitem a compreensão. Nunca será permitida a adaptação do currículo com a intenção de selecionar quais conteúdos o aprendente com deficiência terá condições ou não de aprender. Seria um equívoco pesar adaptação de currículo neste formato (COSTA, 2009 s/p.).

Essas adaptações devem indicar o que, como e quando esses estudantes irão aprender, além da avaliação da aprendizagem evidenciando a necessidade de fornecer recursos e apoio adequados:

Por isso, mais do que a aprendizagem em si, é preciso se ater à qualidade de ensino oferecida. “É necessário um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno e que proponha atividades diversificadas para todos e considere o conhecimento que cada aluno traz para a escola”, sugere Maria Teresa. A educadora aponta que é fundamental se afastar de modelos de avaliação escolar “que se baseiam em respostas pré-definidas ou que vinculam o saber às boas notas”, critica (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.).

O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Atualmente, outra questão a ser considerada e que contribui substancialmente para o trabalho do professor é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o que resulta na implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas. A proposta traz princípios norteadores para o planejamento visando atender as necessidades de aprendizagem dos estudantes (PRAIS e ROSA, 2017).

Cabe aos professores buscarem por diferentes metodologias e habilidades que possibilitam problematizar e intervir nas diversas situações a que se observam, auxiliando na construção de uma proposta inclusiva, contribuindo para que as mudanças sejam significativas e baseadas em diferentes possibilidades (PRAIS e ROSA, 2017).

Com base no reconhecimento e respeito às singularidades, a rede pública de ensino oferece serviços e apoio para promover a participação dos estudantes com deficiência. O Artigo 3º da Lei Federal nº13.146/2015, trouxe conceitos sobre tecnologias assistivas, desenho universal e acessibilidade, em que diferentes ações devem oferecer condições para a eliminação de barreiras ou situações que limitem a participação dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2015).

Todo esse aparato traz uma valorização não só para o estudante com deficiência, mas, também para o próprio trabalho docente, uma vez que essas questões facilitam o seu trabalho na sala, assim como a inclusão (BASÍLIO e MOREIRA, 2014).

Ainda, os profissionais da educação podem e devem orientar os familiares e responsáveis sobre o atendimento e como funciona:

Para além da relação professor aluno, as estratégias inclusivas devem acionar a comunidade escolar e os familiares dos estudantes.

“É importante garantir momentos para que todos discutam a questão e possam pensar de forma conjunta ações concretas para que a inclusão aconteça”, recomenda o educador (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.).

Isto porque:

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos (MARCHESI, 2004, p. 39).

Esses princípios e estratégias possibilitam aos professores definirem os objetivos de ensino, criar materiais e formas diferentes de avaliação que sejam adequadas para todos (KING-SEARS, 2014).

É preciso reconhecer a necessidade de oportunizar atividades diferenciadas de modo que todos os estudantes possam ter acesso ao currículo, implicando no desenvolvimento de práticas que permitam diferentes formas de representação, envolvimento e expressão (KING-SEARS, 2014).

Ou seja:

A organização da atividade de ensino subsidiado pelos princípios orientadores do DUA planifica as atividades, os objetivos, os recursos e as estratégias pedagógicas, as intenções e as práticas condizentes com o movimento da educação inclusiva, ou seja, visa a assegurar o direito de todos à educação, por meio de um ensino organizado para satisfazer às necessidades de aprendizagem dos alunos (PRAIS e ROSA, 2017, p. 415).

O DUA se baseia em um tipo de abordagem que tenta diminuir as barreiras relacionadas a aprendizagem, maximizando o potencial de todos a medida em que exige do professor a capacidade de observar as limitações relacionadas a gestão do currículo, ao invés de focar nas dos estudantes (PRAIS e ROSA, 2017).

É fundamental a presença de profissionais especializados na escola ou para aqueles que ainda não são, capacitá-los. Afinal, o objetivo principal deve ser o desenvolvimento da autonomia desses estudantes para que possam interagir na sociedade, o que fará total diferença na sua vida, na sua família e no convívio em sociedade (KING-SEARS, 2014).

A perspectiva sócio-histórica de Vygotsky (2013), abriu caminhos para uma educação inclusiva, justamente por valorizar as potencialidades e possibilidades, e não o foco nas limitações e impossibilidades, trazendo relevância as vivências e interações para o aprendizado e desenvolvimento humano.

Portanto, as limitações causadas pela deficiência não podem servir de barreira entre o estudante especial e suas interações com o mundo. Uma das possibilidades de minimizar essas barreiras é por intermédio das Tecnologias Assistivas; e mesmo que a escola não disponha de todos os recursos, os materiais de apoio possam ser confeccionados pelos próprios professores ou pelo profissional do AEE, servindo como porta para a autonomia (PRAIS e ROSA, 2017).

Independentemente do tipo de deficiência, o estudante não pode ser rotulado pelo que ele não é capaz de fazer (não anda, não fala, etc.), e sim é preciso potencializar o que é possível desenvolver (KASSAR, 2013).

É preciso criar um ambiente afetivo de segurança entre os estudantes, pensando que as diferentes orientações, atividades e ações não funcionem como um manual de instruções. Criar parcerias com os demais professores a fim de construir uma cultura colaborativa em que se compartilhe as reais necessidades e as possíveis soluções, a perspectiva de uma educação inclusiva (PRAIS e ROSA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o histórico da Educação Especial no Brasil e em especial em São Paulo, fica evidente que a sua organização demonstra a tentativa por parte da Gestão Pública em adequar-se às atuais políticas educacionais, fundamentadas no processo de inclusão, diante das constantes reestruturações realizadas.

Reconhecer todas essas questões, trazendo para o ambiente das faculdades e universidades, especificamente quanto aos cursos de licenciatura ou relacionadas a pós-graduação em Educação Especial, assim como a formação continuada de professores não se encontram ainda totalmente alinhadas à formação exigida dos professores no século XXI.

Por esse motivo, é preciso repensar na formação possuindo como orientação a necessidade da qualidade da educação. Assim, pensando na formação continuada de professores, é preciso especialmente no Brasil, repensar na estrutura institucional formativa, bem como no currículo relacionado a formação.

Desta forma, existe a necessidade de discutir sobre o processo de inclusão na Educação Especial a fim de que os desafios sejam superados, garantindo ao estudante com deficiência que seus direitos sejam respeitados, independentemente da rede na qual esteja matriculado.

REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão**. 2014. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>. Acesso 05 dez. 2023.
- BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre: 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3472541/mod_resource/content/1/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei Federal nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso 05 dez. 2023.
- BRASIL. **Portaria normativa nº 13**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?>

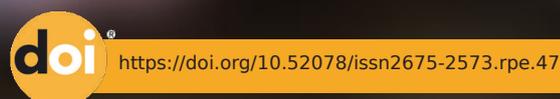
- option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso 05 dez. 2023.
- CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- COSTA, V.F. **Inclusão, sem risco de excluir**. Olinda, PE: Babeco, 2009.
- CRUZ, T. **Autismo e inclusão: experiências no ensino regular**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- GALVÃO FILHO, T.A. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas**. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009, 346 f.
- GAZIM, E. et al. Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Revista Chão da Escola**. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.
- KING-SEARS, P. Introduction to learning disability quarterly special series on universal design for learning: Part one of two. **Learning Disability Quarterly**, 2014, 37(2), 68–70.
- MANTOAN M.T.E. **Inclusão Escolar. Pontos e Contra Pontos**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- MANZINI, E.J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília, 2005. p. 82-86.
- MARCHESI, Á. A prática das escolas inclusivas. In: COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, Á. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 31-48.
- MINETTO, M.F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.
- NASCIMENTO, S.V. Políticas públicas para Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. IFRJ. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente**. PUCPR, 2015.
- PERES, R.C.N.C. **O lúdico no desenvolvimento da criança com paralisia cerebral espástica**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, 242 f.
- PRAIS, J.L.S.; ROSA, W.S. Revisão Sistemática sobre Desenho Universal para a Aprendizagem entre 2010 e 2015 no Brasil. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, 2017, 18(4), 414-423.
- REGO, J.K.; BARRETO, R.Q.; BENÍCIO, D.R.F. de. O Currículo na Escola Inclusiva: Uma Perspectiva na Educação Especial. **II Cintedi. II Congresso Internacional De Educação Inclusiva. II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva**, 2016.
- SÁ, E.D. Adaptações Curriculares: diretrizes nacionais para a educação especial. 2008. Disponível em: < <http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm> > Acesso 04 dez. 2023.
- VALENTE, J.A. (Org.). **Liberando a mente: computadores na educação especial**. Campinas, Unicamp, 1991.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- ZULIAN, M.S.; FREITAS, S.N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. Cadernos de Educação Especial / Universidade Federal de Santa Maria. **Centro de Educação / Departamento de Educação Especial / Laboratório de Pesquisa e Documentação - LAPEDOC** -. Vol. 2 (2001) - Nº 18 (2001) - 112 p. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2001/02/r5.htm>. Acesso 05 dez. 2023.



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriana Beatriz de Oliveira
Aline Pereira Matias
Amanda Maria Franco Liberato
Anderson da Silva Brito
Andréia Fernandes de Souza
Bruno Vinicius Pereira da Silva
Débora da Silva Melo Valiante
Elaine Aparecida Forgassin Corrêa
Fernanda dos Santos Ikier
Graziela de Carvalho Monteiro
Isac dos Santos Pereira
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Dalva Lima de Sousa
Marisa Garcia
Ruy Francisco Sposaro
Walter Paulesini Junior
Silvana dos Santos Silva
Solange Hitomi Kurozaki
Suseli Corumba dos Santos



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

